



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 851, DE 2008

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999 (nº 1.736/99, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para parecer, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999 (PL nº 1.736, de 1999, na Câmara), que *dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa*.

De autoria do nobre Senador Tião Viana, a proposta em análise pretende proibir às empresas de telefonia fixa (Serviço Telefônico Fixo Comutado) tornar disponível o serviço 0900 nos terminais telefônicos sem a expressa autorização do assinante.

O propósito do Autor é impedir que o referido serviço seja utilizado sem o conhecimento do titular da conta. Nesse sentido, esclarece ele que a medida constitui um aprimoramento do direito garantido ao assinante de bloquear, sem qualquer ônus, a utilização desses serviços. Ao invés de se lhe requerer qualquer ação no sentido desse bloqueio, requerer-se-á do mesmo a ação de liberação. Evita-se, por esse mecanismo, todo o transtorno oriundo da desinformação a respeito dos direitos do assinante de uma linha telefônica fixa.

Aprovado no Senado Federal, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Lá, recebeu ele a designação de Projeto de Lei nº 1.736, de 1999, e foi aprovado na forma de substitutivo, razão porque retorna a esta Casa, para nova deliberação, na forma do art. 134, do Regimento Comum.

II – ANÁLISE

Ao ampliar o texto oriundo do Senado Federal, a Câmara dos Deputados busca tornar seu sentido e aplicação mais precisos e explícitos. Para tal, aquela Casa agrega ao Projeto, por meio de substitutivo, os seguintes núcleos temáticos:

1. a prévia autorização do assinante será por escrito ou por desbloqueio comprovado por meio do prefixo 0800, ou chamada local;
2. a qualquer tempo, o assinante poderá suspender sua solicitação, interrompendo o acesso aos serviços de valor adicionado;
3. a ligação não poderá exceder o valor de um quarto de um salário mínimo e a mensalidade do serviço, o valor de um salário mínimo;
4. ficam proibidos os serviços de *telessexo* e outros do gênero;
5. quando o 0900 for utilizado a título de sorteio, parte do que for arrecadado será destinado a ações sociais do Governo Federal;
6. a operadora cobrará separadamente o valor adicionado; e
7. a inadimplência em relação ao serviço de valor adicionado não implicará o desligamento de sua linha telefônica.

É conhecida de todos a índole do povo brasileiro de deixar para a última hora o cumprimento de suas obrigações, bem como sua ainda incipiente capacidade de tomar medidas de auto-proteção, com base no conhecimento de seus direitos de consumidor. Esses fatos tornaram o uso não autorizado, por visitantes, parentes, filhos ou mesmo empregados da casa, de serviços telefônicos caros, um tormento para grandes contingentes da população.

III – VOTO

Diante do exposto, e considerando a relevante contribuição que a medida trará aos usuários da telefonia fixa no País, no que tange aos seus direitos de consumidor, apresentamos nosso **voto pela aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999.

Sala da Comissão,

, Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. L. M.', written in a cursive style.

, Relator

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 473, de 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/08 / 2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo

RELATOR: Senador Gilberto Goellner

Titulares Bloco de apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PEB, PE)		Suplentes Bloco de apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PEB, PE)	
SERYS SLHESSARENKO - PT		1- FLÁVIO ARNS - PT	
DELCÍDIO AMARAL - PT		2- FÁTIMA CLEIDE - PT	
IDELI SALVATTI - PT		3- ALOIZIO MERCADANTE - PT	
FRANCISCO DORNELLES - PP		4- JOÃO RIBEIRO - PR	
INÁCIO ARRUDA - PC do B		5- AUGUSTO BOTELHO - PT	
EXPEDITO JÚNIOR - PR		6- RENATO CASAGRANDE - PSB	
Titulares PMDB		Suplentes PMDB	
ROMERO JUCÁ		1- LOBÃO FILHO	
VALDIR RAUPP		2- JOSÉ MARANHÃO	
LEOMAR QUINTANILHA		3- CASILDO MALDANER	
GEOVANI BORGES		4- NEUTO DE CONTO	
VALTER PEREIRA		5- GERALDO MESQUITA	
WELLINGTON SALGADO		6- PEDRO SIMON	
Titulares Bloco da Minoria (DEM, PSDB)		Suplentes Bloco da Minoria (DEM, PSDB)	
GILBERTO GOELLNER - DEM		1 - DEMÓSTENES TORRES - DEM	
ELISEU RESENDE - DEM		2 - MARCO MACIEL - DEM	
JAYME CAMPOS - DEM		3 - ADELMIR SANTANA - DEM	
HERÁCLITO FORTES - DEM		4 - ROSALBA CIARLINI - DEM	
RAIMUNDO COLOMBO - DEM		5 - ROMEU TUMA - PTB	
JOÃO TENÓRIO - PSDB		6 - CÍCERO LUCENA - PSDB	
MARCONI PERILLO - PSDB		7 - EDUARDO AZEREDO - PSDB	
FLEXA RIBEIRO - PSDB		8 - MÁRIO COUTO - PSDB	
SÉRGIO GUERRA - PSDB		9 - TASSO JEREISSATI - PSDB	
Titulares PTB		Suplentes PTB	
GIM ARGELLO		1- JOÃO VICENTE CLAUDINO	
Titulares PDT		Suplentes PDT	
JOÃO DURVAL		1- (vago)	

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999 (nº 1.736, de 1999, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa*.

De autoria do nobre Senador Tião Viana, a proposta em análise proíbe às empresas do Serviço Telefônico Fixo Comutado tornar disponível o serviço 0900 nos terminais telefônicos sem a expressa autorização do assinante.

Pretende o Autor com a medida evitar que o referido serviço seja utilizado, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, sem o conhecimento do titular da conta que, em última instância, arcará com as despesas, no final do mês.

Esclarece o Proponente que a medida constitui um passo além do direito garantido ao assinante de, gratuitamente, bloquear a utilização desses serviços. Ao invés de se lhe requerer qualquer ação no sentido desse bloqueio,

requerer-se-á do mesmo a ação de liberação. Evita-se, por esse mecanismo, todo o transtorno oriundo da desinformação a respeito dos direitos do assinante de uma linha telefônica fixa.

Aprovado no Senado Federal, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Lá, recebeu ele a designação de Projeto de Lei nº 1.736, de 1999, e foi aprovado na forma de substitutivo, razão porque retorna a esta Casa, para nova deliberação, na forma do art. 134, do Regimento Comum.

II – ANÁLISE

Ao ampliar o texto oriundo do Senado Federal, a Câmara dos Deputados busca tornar seu sentido e aplicação mais precisos e explícitos. Nesse sentido, por meio de substitutivo, aquela Casa agrega ao Projeto os seguintes núcleos temáticos:

- 1) a prévia autorização do assinante será por escrito ou por desbloqueio comprovado por meio do prefixo 0800, ou chamada local;
- 2) a qualquer tempo, o assinante poderá suspender sua solicitação, interrompendo o acesso aos serviços de valor adicionado;
- 3) a ligação não poderá exceder o valor de um quarto de um salário mínimo e a mensalidade do serviço, o valor de um salário mínimo;
- 4) ficam proibidos os serviços de *telessexo* e outros do gênero;
- 5) quando o 0900 for utilizado a título de sorteio, parte do que for arrecadado será destinado a ações sociais do Governo Federal;
- 6) a operadora cobrará separadamente o valor adicionado, e
- 7) a inadimplência em relação ao serviço de valor adicionado não implicará o desligamento de sua linha telefônica.

É conhecida de todos a índole do povo brasileiro, de deixar para a última hora o cumprimento de suas obrigações, bem como sua ainda incipiente capacidade de tomar medidas de auto-proteção, com base no conhecimento de seus direitos de consumidor. Esses fatos tornaram o uso não autorizado, por visitantes, parentes, filhos ou mesmo empregados da casa, de serviços telefônicos caros, um tormento para grandes contingentes da população.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, na forma do Substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Publicado no **Diário do Senado Federal**, 16/8/2008.